

CÂMARA DOS DEPUTADOS Comissão de Minas e Energia

AUDIÊNCIA PÚBLICA "PL 50/24 - Altera a Lei do Petróleo"

27 de maio de 2024



PL 50/2024

1. Contextualização da Indústria de Óleo e Gás
2. Preço de Mercado - PRP + TP
3. Receita Bruta de Produção (Gás Natural)
4. Conclusões

PL 50/2024

1. Contextualização da Indústria de Óleo e Gás
2. Preço de Mercado - PRP + TP
3. Receita Bruta de Produção (Gás Natural)
4. Conclusões

O setor de Óleo & Gás tem um longo ciclo de investimentos, exigindo estabilidade jurídica e regulatória

Ciclo típico do investimento em E&P



Fonte: Elaboração IBP, com dados da ABESPETRO



Da aquisição dos direitos até a exploração e produção de um bloco, leva-se de cinco a sete anos, em média, para a retirada do primeiro óleo



Projetos de E&P possuem um longo *payback*: 3 a 15 anos de dispêndios até que se recupere o capital investido

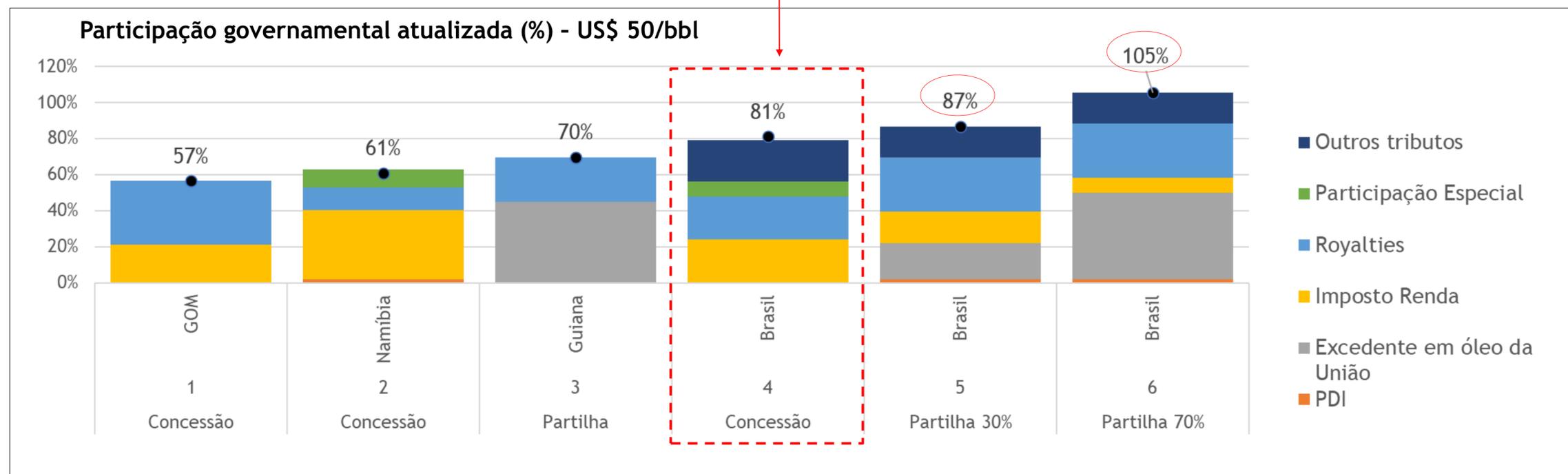
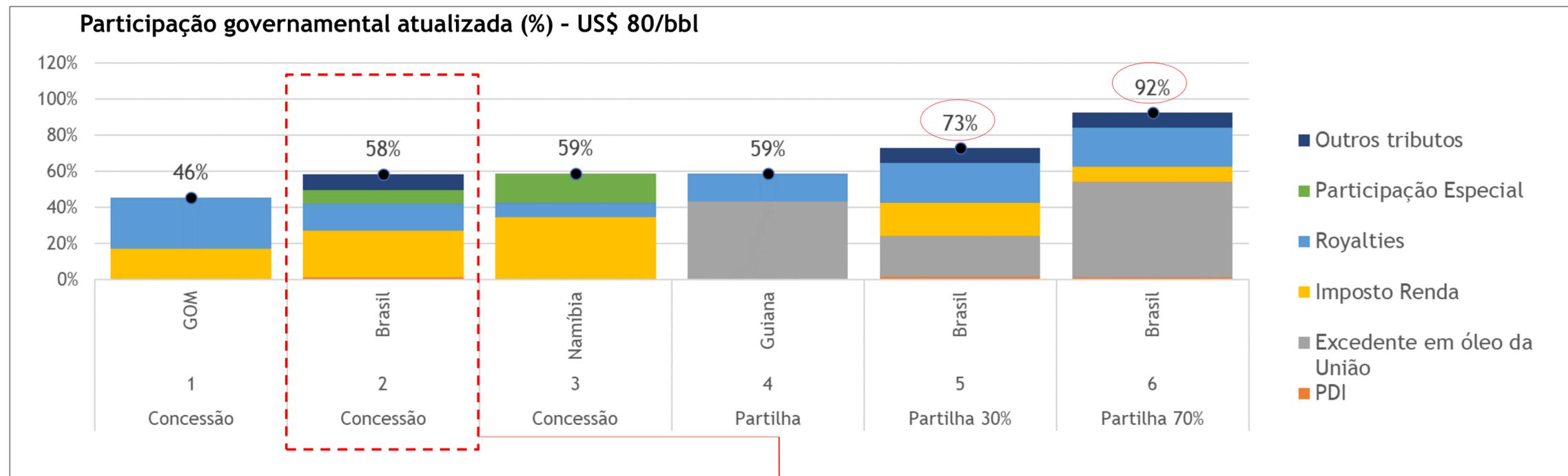


O pico do nível de empregos ocorre entre o terceiro e décimo ano de projeto, por isso a importância da viabilização contínua de novos projetos

A fase de investimentos (mais alongada) nos projetos de O&G reflete a importância de não se onerar investimentos conforme prática mundial e da segurança jurídica dos regimes fiscais.

Os regimes brasileiros são os mais complexos, combinando tributos de diversas naturezas

Os gráficos apresentam o *ranking* da participação governamental (do projeto selecionado) no regime fiscal de cada país.



- Os regimes fiscais brasileiros são **menos resilientes** em um cenário de Brent conservador.
- O regime brasileiro de partilha **se mostra menos competitivo** nos cenários de preços demonstrados nos gráficos.
- Com o valor do Brent mais conservador, **o regime de concessão brasileira perde posições no ranking**.
- Mesmo com a reforma tributária, os regimes fiscais brasileiros permanecerão por pelo menos 7 anos.

Contexto de mercado internacional

Namibia's Oil And Gas Sector Sparks Global Investment Rush

By [Felicity Bradstock](#) - Aug 23, 2023, 4:00 PM CDT

- ▶ Major oil companies like TotalEnergies, Shell, and Chevron are investing heavily in Namibia following promising discoveries in the Graff-1, Venus-1, and Jonker-1X projects.
- ▶ The Government of Namibia is keen on local ownership in the sector, suggesting state ownership in mining and petroleum production.
- ▶ There's potential for Namibia not only to produce but also refine and export oil and gas, positioning itself as a significant player in the regional energy market.

Energy | Environment | Exploration & Production | Gas | Climate Change

Shell greenlights 15th US Gulf of Mexico oil platform

By [Sabrina Valle](#)

December 19, 2023 9:11 PM GMT-3 · Updated 2 months ago



HOUSTON, Dec 19 (Reuters) - Shell PLC ([SHELL.L](#)) and Equinor ASA ([EQNR.OL](#)) on Tuesday greenlit a 90,000 barrels per day (bpd) oil and gas platform in the U.S. Gulf of Mexico and said it will aggressively invest in exploration to continue production through 2050.

Called Sparta, it is the first Gulf of Mexico project launched under Shell Chief Executive Wael Sawan, who [earlier this year](#) pulled back on the company's [energy transition](#) plans to boost profits from oil. Production is set to start in 2028.

Energy | Exploration & Production

Namibia sees first oil from offshore discoveries by 2030

Reuters

October 11, 2023 6:40 AM GMT-3 · Updated 4 months ago



CAPE TOWN, Oct 11 (Reuters) - Namibia expects the first oil from major offshore finds by 2030 and is considering a Floating Production Storage and Offloading (FPSO) platform to help it export the crude oil, its petroleum commissioner said on Wednesday.

Namibia, which has yet to produce any oil and gas, has attracted strong interest from international energy companies after Shell ([SHELL.L](#)) and TotalEnergies ([TTEF.PA](#)) made discoveries off the coast of the southern African country.

Home > Mundo

País que mais cresce no mundo, Guiana deve avançar 38% em 2023

Região deve manter avanço forte nos próximos anos, conforme aumentar o número de campos, estima o FMI



Modo escuro

Um país vizinho ao Brasil se tornou **o que mais cresce no mundo**: a Guiana deve ver sua economia aumentar 38% neste ano, projeta o FMI. A alta é puxada pelo forte aumento da exploração de petróleo na região equatorial, também perto da Amazônia.

Energy | Exploration & Production | Gas

Exxon Mobil approves \$12.7 billion oil project in Guyana

By [Sabrina Valle](#)

April 27, 2023 8:11 PM GMT-3 · Updated 10 months ago



HOUSTON, April 27 (Reuters) - Exxon Mobil Corp ([XOM.N](#)) and its partners have approved a \$12.7 billion investment for their fifth and most expensive offshore oil project in Guyana, the U.S. firm said in a statement.

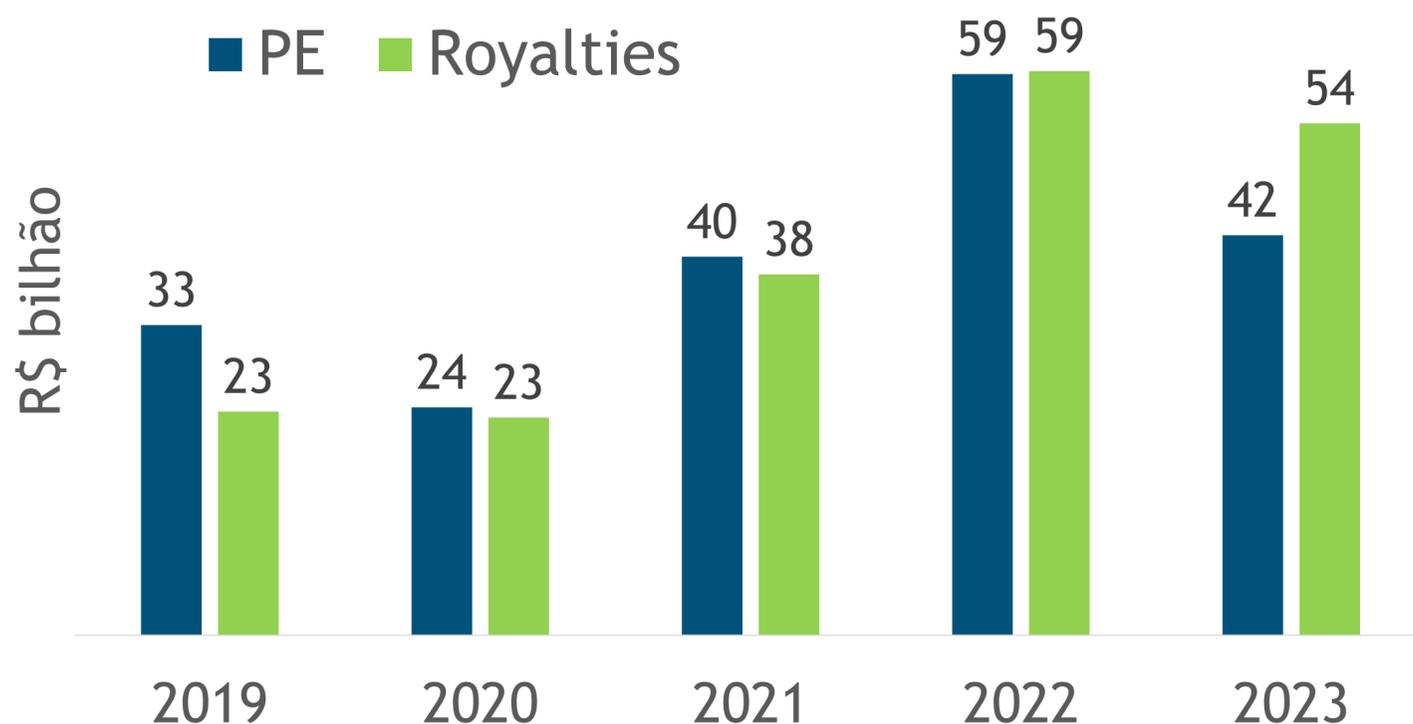
The project called Uaru will produce up to 250,000 barrels of oil and gas per day and cost 27% more than the prior of equivalent size, reflecting rising costs. The decision coincides with Exxon considering whether to expand its holdings in Guyana through an auction of oil blocks set for July.

Arrecadação da indústria de óleo e gás no Brasil e Estado do Rio de Janeiro

BRASIL

Arrecadação de Royalties e Participação Especial

2019-2023, R\$ bilhão



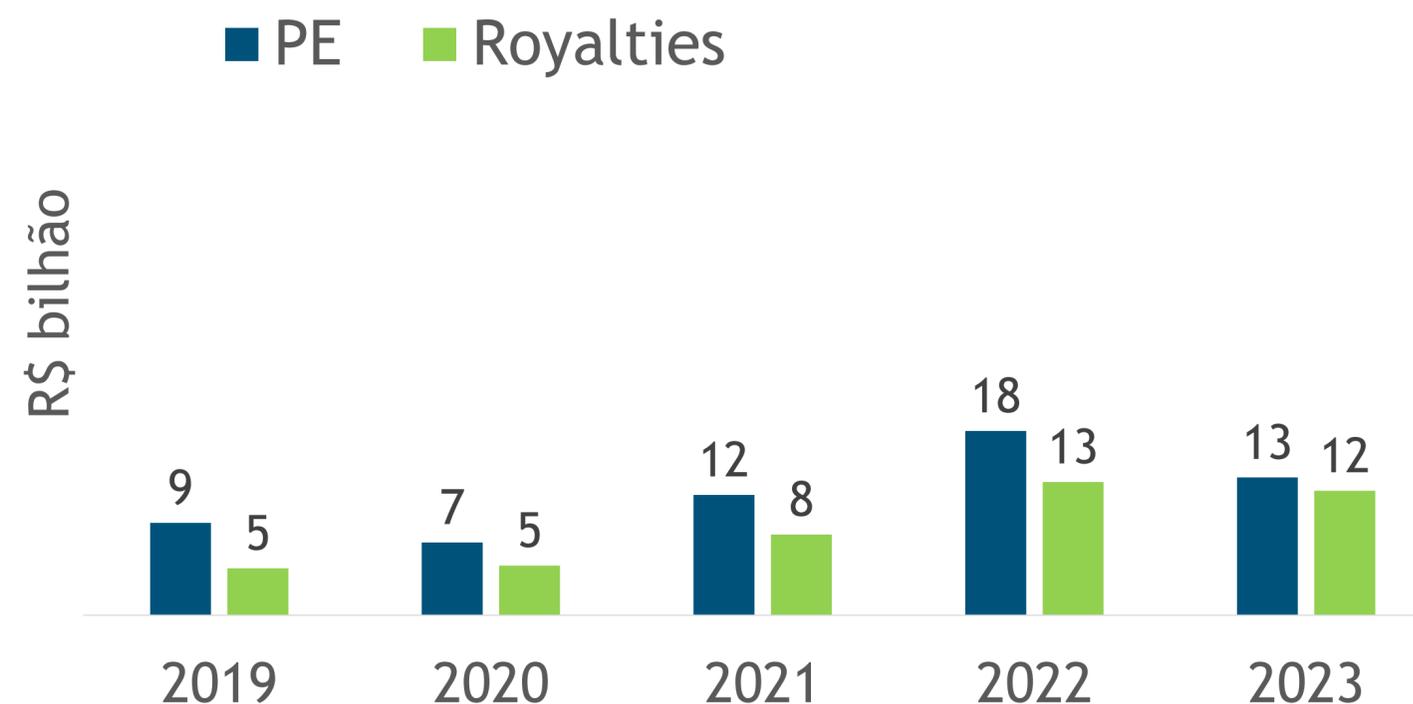
Arrecadação nos últimos 5 anos = R\$ 395 bilhões

Fonte: ANP, Elaboração IBP.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Arrecadação de Royalties e Participação Especial

2019-2023, R\$ bilhão



Arrecadação nos últimos 5 anos = R\$ 102 bilhões

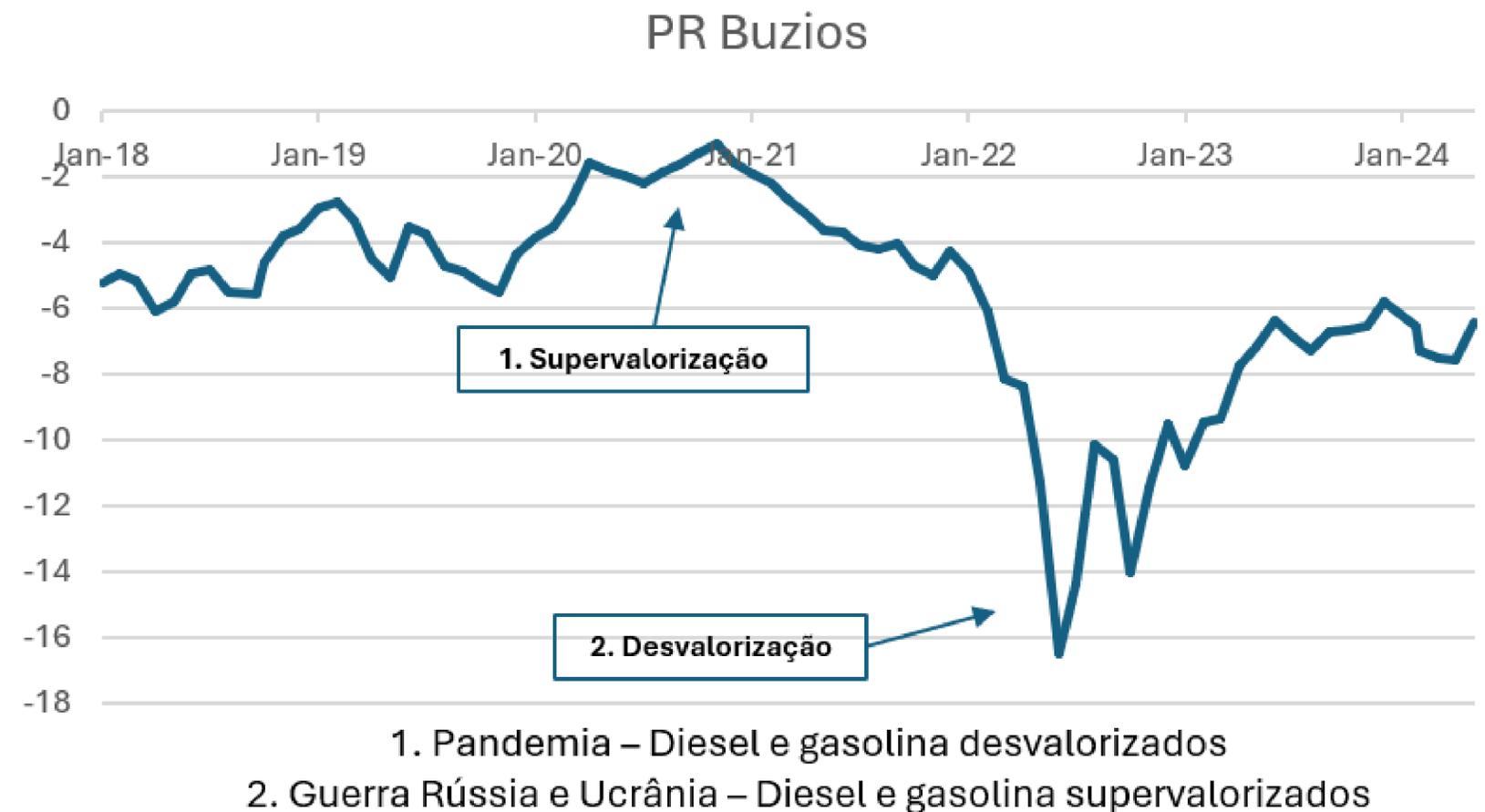
Fonte: ANP, Elaboração IBP.

PL 50/2024

1. Contextualização da Indústria de Óleo e Gás
- 2. Preço de Mercado - PRP + TP**
3. Receita Bruta de Produção (Gás Natural)
4. Conclusões

PL 50/2024 - Alteração dos Parâmetros para apuração das participações governamentais (“PGOVs”)

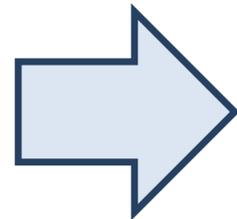
- ❑ O papel do Preço de Referência do Petróleo-PRP no **SUCESSO** do desenvolvimento da indústria de O&G do Brasil.
- ❑ A estrutura do racional da Fórmula da ANP e os efeitos dos períodos de **VARIAÇÕES CONJUNTURAIS** (ex. pandemia e guerra Ucrânia).
- ❑ Dispersadas as variações conjunturais, os componentes que determinam o **PRP** caminharam para situação de equilíbrio que tornam a **metodologia da ANP** uma referência **ROBUSTA**.



PL 50/2024 - Alteração dos Parâmetros para apuração das participações governamentais (“PGOVs”)

O PL propõe:

- PGOVs sejam apuradas com base nos “preços de mercado” **MAS AGORA;**
 - considerando os preços de venda praticados em condições **NORMAIS** de mercado,
- ou
- no caso de transações entre partes relacionadas, o preço de **TRANSFERÊNCIA-TP.**



DIFICULDADES para adotar a proposta do PL 50/2024:

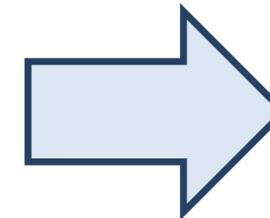
- Características do TP consideravelmente **DIFERENTES** sob aspecto operacional em relação ao PRP.
- Conceito de “*preços de venda praticados em condições normais de mercado*” **INEXISTENTE**, deixando aberta, subjetiva e passível de divergências interpretativas a sua definição;
- Empresas integradas que não efetuam a venda direta a terceiros ou com partes relacionadas. Operação não sujeita às regras do TP. **LACUNA** normativa.
- Aumento de **COMPLEXIDADE** na apuração das PGOVs e dificuldade à fiscalização pela ANP;
- **ESVAZIAMENTO** das atribuições regulatórias da ANP na medida em que vincula o preço de mercado ao TP da Receita Federal.

PL 50/2024

1. Contextualização da Indústria de Óleo e Gás
2. Preço de Mercado - PRP + TP
- 3. Receita Bruta de Produção (Gás Natural)**
4. Conclusões

PL 50/2024 - Alteração do Conceito de Receita Bruta da Produção (Gás Natural)

- A regra atualmente vigente, inclui na receita bruta:
 - as quantidades de petróleo ou gás natural perdidas sob a responsabilidade do concessionário;
 - as quantidades de petróleo ou gás natural utilizadas na execução das operações no próprio campo;
 - e as quantidades de gás natural queimadas em *flares* em prejuízo de sua comercialização.
- Mas **exclui**:
 - as quantidades de gás natural reinjetadas na jazida;
 - e as quantidades de gás natural **queimadas em *flares* por razões de segurança ou de comprovada necessidade operacional**, desde que esta queima seja de quantidades razoáveis e compatíveis com as práticas usuais da indústria do petróleo e que seja previamente aprovada pela ANP.

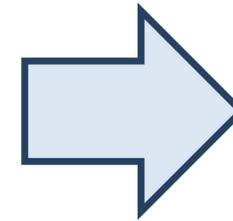


O PL propõe:

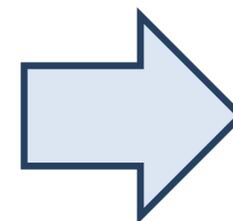
- Alterar a definição de receita bruta da produção.
- Royalties e Participação Especial passam a incidir sobre o volume total de produção, SEM exclusões.
- **O que de fato cria incidência de Royalties e P.E. sobre o gás reinjetado e sobre a queima em *flares* por razões de segurança.**

PL 50/2024 - Alteração do Conceito de Receita Bruta da Produção (Gás Natural)

- A queima em “flare” ocorre:
 - para garantir a segurança das plataformas;
 - é estritamente controlada pela ANP;
 - e o Brasil tem uma das menores taxa de *flare* do mundo.
- A reinjeção de gás na jazida ocorre por 3 motivos:
 - Presença de contaminantes (CO₂, que não pode ser ventilado na atmosfera, não tem valor como energético, e provoca corrosão nos gasodutos);
 - Alternada à injeção de água, a reinjeção de gás aumenta significativamente a recuperação do petróleo, maximizando o valor do projeto e, por conseguinte, o montante recolhido a título de tributos e participações governamentais.
 - Por restrições operacionais ou de infraestrutura (que é de natureza momentânea e excepcional).



- Cada projeto utiliza a melhor alternativa de aproveitamento de gás, observando as exigências legais e regulatórias, com Plano de Desenvolvimento aprovado pela ANP.
- **A COBRANÇA de Royalties sobre a REINJEÇÃO impacta diretamente na atratividade dos investimentos.**



IMPROPRIEDADES:

- **BITRIBUTAÇÃO (*Bis in idem*)**
- Países produtores que disputam **INVESTIMENTOS** com o Brasil **NÃO** cobram Royalties na **REINJEÇÃO**.

PL 50/2024

1. Contextualização da Indústria de Óleo e Gás
2. Preço de Mercado - PRP + TP
3. Receita Bruta de Produção (Gás Natural)
4. Conclusões

PL 50/2024 - Conclusões

- O IBP APOIA A BUSCA DE APRIMORAMENTOS NORMATIVOS QUE OBJETIVEM REFLETIR AO MÁXIMO O CONCEITO DE “PREÇO DE MERCADO” DO PETRÓLEO.
- ESSA BUSCA DEVE ESTAR ALINHADA COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E AS MELHORES PRÁTICAS DA INDÚSTRIA.
- A VINCULAÇÃO A QUALQUER PARÂMETRO SEMPRE DEVE LEVAR EM CONTA A ESTABILIDADE DAS REGRAS E A SEGURANÇA JURÍDICA.